



PROPOSTA N.º 4. Retificação de Deliberação da Câmara Municipal relativa aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada que estabelecem os termos e as condições em que se concretizará a delegação de competências no respetivo Diretor (Registos n.º 4069318/2024 e n.º 4081022/2024).

Na reunião da Câmara municipal realizada a 16 de setembro de 2024, foi aprovado, por unanimidade, a minuta dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada que estabelecem os termos e as condições em que se concretizará a delegação de competências no respetivo Diretor, bem como, a submissão da mesma à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.

Em sessão da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2024, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente foi constatada a necessidade de retificação do número de alunos do Agrupamento de Escolas Alcides de Faria e a correspondente verba financeira, constante nos anexos II e III do dito Contrato Interadministrativo.

A retificação de atos administrativos encontra-se prevista no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

De acordo com este normativo do Código do Procedimento Administrativo, os erros de cálculo, bem como os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser objeto de retificação, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a sua revogação, devendo, no entanto, ser observada a mesma forma e publicidade dadas ao acto retificado. Estabelece ainda este normativo, que à retificação podem ser atribuídos efeitos retroativos e a qual pode ser efetuada oficiosamente ou a pedido dos interessados.

Assim, no uso das competências legais consagradas e à luz do disposto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo proponho que a Exma. Câmara Municipal delibere apreciar e votar:

I - A retificação do ato administrativo/deliberação relativa à proposta n.º 48, da reunião de Câmara Municipal de 16 de setembro de 2024, nomeadamente os anexos II e III, na parte relativa ao número de alunos do Agrupamento de Escolas Alcides de Faria, bem como a respetiva comparticipação financeira, conforme os mapas que se anexam à presente proposta.

II - Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a presente retificação.

Barcelos, 20 de novembro de 2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Mário Constantino Lopes
(Mário Constantino Lopes, Dr.)

Reunião Ordinária 25/11/2024
Deliberado, por unanimidade, aprovar.

ANEXO II

ANO LETIVO DE 2024/2025

Portaria n.º 262/2023, de 17 de agosto

N.º de alunos 2511	AE ALCAIDES FARIA 19 284,48 €
N.º de alunos 2016	AE BARCELOS 15 482,88 €
N.º de alunos 309	AE BRAGA OESTE 2 373,12 €
N.º de alunos 522	AE FRAGOSO 4 008,96 €
N.º de alunos 1938	AE GONÇALO NUNES 14 883,84 €
N.º de alunos 1738	AE ROSA RAMALHO 13 347,84 €
N.º de alunos 1364	AE VALE D'ESTE 10 475,52 €
N.º de alunos 1915	AE VALE DO TAMEL 14 707,20 €
N.º de alunos 589	AE VILA COVA 4 523,52 €
N.º de alunos 556	ES BARCELINHOS 4 270,08 €

ANEXO III

ANO LETIVO DE 2024/2025

Despesas plataformas + assistência técnica

N.º de alunos 2511	AE ALCAIDES FARIA 29.639,49 €
N.º de alunos 2016	AE BARCELOS 22.585,94 €
N.º de alunos 522	AE FRAGOSO 8.816,52 €
N.º de alunos 1938	AE GONÇALO NUNES 19.721,35 €
N.º de alunos 1738	AE ROSA RAMALHO 13.246,88 €
N.º de alunos 1364	AE VALE D'ESTE 12.262,80 €
N.º de alunos 1919	AE VALE DO TAMEL 22.465,95 €
N.º de alunos 589	AE VILA COVA 7.348,55 €
N.º de alunos 556	ES BARCELINHOS 11.682,18 €

Nota: Valores com IVA incluído



PROPOSTA N.º 48. Minutas de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada que estabelecem os termos e as condições em que se concretizará a delegação de competências no respetivo Diretor.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, concretizou o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, especificando para este setor o que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu [cfr. artigos 11.º e 31.º].

O Município de Barcelos aceitou a transferência de competências na área de Educação, a partir do ano letivo de 2020/21, por deliberação da Câmara Municipal, de 20/09/2019, e por deliberação da Assembleia Municipal, de 27/09/2019. Este novo quadro de competências das autarquias locais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão de sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação e a equidade territorial.

Na sequência da redação dada pelo artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho [Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2019] ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, *“todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor de agrupamento de escolas ou escola não agrupada, se consagrou uma habilitação legal que possibilita a delegação daquelas competências da Câmara Municipal nos diretores de agrupamentos de escolas e diretor de escola não agrupada.”*

A delegação de competências constitui um instrumento privilegiado de redução de circuitos e desburocratização dos procedimentos administrativos, visando alcançar as metas últimas da boa administração e eficiência administrativa.

Por uma relação de maior proximidade dos Diretores de Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada com a realidade escolar a delegação de competências em determinadas áreas possibilitará uma melhor resposta à especificidade de cada estabelecimento de ensino e, conseqüentemente, a obtenção de maiores ganhos e melhoria de desempenho.

Resulta assim, que está cometida à Câmara Municipal a faculdade de delegar nos Diretores de Agrupamentos e/ou Escola Não Agrupada, o exercício de competências a si atribuídas.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou o regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências do Estado.

Os municípios dispõem de atribuições nas áreas da educação, ensino e formação profissional e ação social, atento o disposto nas alíneas d) e h), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I do citado diploma.

Nos termos do disposto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código de Procedimento Administrativo, decorre que o órgão delegante deve especificar positivamente, através de enumeração taxativa, quais os poderes objeto de delegação ou quais os atos que o delegado passará a poder praticar.

A alínea k), do n.º 1, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que compete à Assembleia Municipal *“autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado (...)*.

Por sua vez a alínea l), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I, do diploma em apreço, estipula que compete à Câmara Municipal *“discutir e preparar com os Departamentos Governamentais (...)* contratos de delegação de competências e (...), nos termos previstos na presente lei.



Assim, e em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, proponho que a Ex.ma Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25º e alínea l), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere apreciar e votar:

I - As minutas de contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada que estabelecem os termos e as condições em que se concretizará a delegação de competências no respetivo Diretor, anexas à presente proposta;

II - Submeter as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, anexas à presente proposta, à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação da autorização.

Barcelos, 11 de setembro de 2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Mário Constantino Lopes
(Mário Constantino Lopes, Dr.)

Reunião Ordinária 16/09/2024
Deliberado, por unanimidade, aprovar.

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências
entre o Município de Barcelos
e Diretor do Agrupamento de Escolas de _____

Considerando que:

- O direito à educação encontra-se consagrado constitucionalmente, atento o disposto no artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa [C.R.P] que dispõe que: *“Todos têm direito à educação e à cultura”*.
- Compete ao Estado promover *“(…) a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”*, atento o disposto no n.º 2 do artigo 73.º C.R.P.];
- O citado princípio constitucional encontra-se, igualmente, consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovado pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro;
- O n.º 2 do artigo 1.º do citado diploma dispõe que: *“O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”*;
- Entretanto, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, concretizou o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, especificando para este setor o que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu [cfr. artigos 11.º e 31.º], complementado com a publicação recente das Portarias a que se referem o seu art.º 68.º, que vêm regulamentar as formas de financiamento das diversas despesas das competências aqui delegadas;

- Este novo quadro de competências das autarquias locais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão de sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação e a equidade territorial;
- O artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho [Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2019] procedeu à alteração do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, cuja redação passou a ser: *“todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor de agrupamento de escolas ou escola não agrupada, se consagrou uma habilitação legal que possibilita a delegação daquelas competências da Câmara Municipal nos diretores de agrupamentos de escolas e diretor de escola não agrupada.”*;
- A delegação de competências constitui um instrumento privilegiado de redução de circuitos e desburocratização dos procedimentos administrativos, visando alcançar as metas últimas da boa administração e eficiência administrativa;
- Por força da relação de maior proximidade dos Diretores de Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada com a realidade escolar, a delegação de competências em determinadas áreas constitui uma melhor resposta à especificidade de cada estabelecimento de ensino e, conseqüentemente, a obtenção de maiores ganhos e melhoria de desempenho;
- Nos termos do disposto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código de Procedimento Administrativo, o órgão delegante deve especificar positivamente, através de enumeração taxativa, quais os poderes objeto de delegação ou quais os atos que o delegado passará a poder praticar;
- O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, aprovou o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, na sua redação atual;
- Conforme dispõe o n.º 6, do artigo 20.º, do citado diploma, o/a Diretor/a de Agrupamento de Escolas (AE) /Escola não Agrupada (ENA), além das competências que lhe são conferidas pela lei, exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela Câmara Municipal;
- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou o regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências do Estado;
- Os municípios dispõem de atribuições nas áreas da educação, ensino e formação profissional e ação social, atento o disposto nas alíneas d) e h), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I do citado diploma.
- O Município de Barcelos aceitou a transferência de competências na área de Educação, a partir do ano letivo de 2020/21, por deliberação da Câmara Municipal, de 20/09/2019, e por deliberação da Assembleia Municipal, de 27/09/2019.

Entre,

MUNICÍPIO DE BARCELOS, pessoa coletiva n.º 505 584 760, com sede no Largo do Município, na União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro), concelho de Barcelos, neste ato representado por **MÁRIO CONSTANTINO ARAÚJO LEITE DA SILVA LOPES**, Dr., que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a), do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, doravante designado por **Primeiro Outorgante**;

e

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE _____, pessoa coletiva n.º _____, com sede na Rua _____, na freguesia de _____, concelho de Barcelos, neste ato representado por _____, Dr., que outorga na qualidade de Diretor do Agrupamento, com poderes para o ato, doravante designado por **Segundo Outorgante**;

É celebrado, livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente Contrato Interadministrativo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objeto

1. O presente Contrato Interadministrativo tem por objeto regulamentar os termos e condições da delegação de competências, atribuídas por lei ao Primeiro Outorgante, no Segundo Outorgante, nas áreas enumeradas no n.º 2 do presente artigo.
2. Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o Primeiro Outorgante procede à delegação de competências no Segundo Outorgante, nas seguintes áreas:
 - a) Ação social escolar designadamente, as refeições escolares, transporte escolar de alunos com necessidades especiais e o cartão escolar do aluno;
 - b) Conservação, manutenção e gestão de infraestruturas escolares;
 - c) Gestão de pessoal não docente.

Cláusula Segunda

Princípios

O presente Contrato Interadministrativo baseia-se nos seguintes princípios:

- a) Princípio da igualdade de oportunidades e equidade;

- b) Princípio da eficácia e melhoria dos resultados educativos;
- c) Princípio da estabilidade;
- d) Princípio da prossecução do interesse público;
- e) Princípio da continuidade da prestação do serviço público;
- f) Princípio da necessidade de suficiência dos recursos;
- g) Princípio da subsidiariedade;
- h) Princípio do não aumento da despesa pública global;
- i) Princípio da eficiência da gestão de recursos;
- j) Princípio da autonomia na gestão escolar.

Cláusula Terceira

Recursos Financeiros

1. O Primeiro Outorgante atribuirá ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira até ao montante máximo de 20.000,00 € (vinte mil euros), por ano letivo, nos termos dos números seguintes.
2. No início do ano letivo, o Primeiro Outorgante atribuirá ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira no montante de 25% da verba prevista no número, destinada a fazer face com a realização de pequenas obras de conservação, manutenção e reparação que não revistam a natureza de empreitada, nas infraestruturas escolares, designadamente nos edifícios e espaços exteriores, a realizar na Escola Básica de _____.
3. Os restantes 75% da comparticipação financeira só será objeto de atribuição, caso o Segundo Outorgante apresente e demonstre ao Primeiro Outorgante essa necessidade, desde que observados os seguintes pressupostos:
 - a) Em janeiro de cada ano, 25% da comparticipação financeira, desde que apresentado o relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação do montante total previsto no número anterior;
 - b) No final do segundo período letivo, os restantes 50% da comparticipação financeira, desde que apresentado o relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação do montante total previsto na alínea anterior.
4. Excecionalmente, em janeiro, após a receção, pelo Primeiro Outorgante, do relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas) demonstrativos da aplicação do montante previsto no n.º 2 e identificadas outras necessidades devidamente atestadas, poderá ser atribuída a totalidade da comparticipação financeira, em falta, ou seja, o correspondente a 75% do montante estabelecido no n.º 1.

5. Verificada a excecionalidade prevista no número anterior, o Segundo Outorgante fica obrigado a entregar ao Primeiro Outorgante, toda a documentação relativa às despesas realizadas (faturas), que cubra o total do montante transferido.
6. Em caso de incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, assiste ao Primeiro Outorgante, o direito de não proceder à renovação do Contrato Interadministrativo, bem como de não realizar a atribuição da comparticipação ou a mesma ser adiada.
7. O Primeiro Outorgante atribuirá ao Segundo Outorgante uma outra comparticipação financeira, no valor de que consta do anexo I, destinada a despesas de limpeza (incluindo ações de desinfestação, de acordo com a legislação em vigor), higiene e material de escritório, devendo as mesmas constar de mapa elaborado para o efeito.
8. A atribuição da comparticipação financeira prevista no número anterior será efetuada em dois momentos: o primeiro no início do ano letivo e o segundo em janeiro, sendo as mesmas de valor idêntico.
9. O Primeiro Outorgante compromete-se, ainda, a efetuar a transferência financeira, após a assinatura do presente Contrato Interadministrativo, do valor a que se refere a Portaria n.º 262/2023, de 17 de agosto, relativa ao financiamento das despesas para a aquisição de equipamentos utilizados para a realização das atividades educativas, tendo por base o valor de referência ali fixado por aluno, para o ano económico de 2025, a partir do mês de janeiro, de acordo com a Portaria em vigor (anexo II).
10. O Segundo Outorgante fica obrigado a remeter trimestralmente, ao Primeiro Outorgante, um relatório onde constem as despesas com a aquisição dos bens referidos no número anterior, anexando a cópia dos respetivos documentos contabilísticos de suporte.
11. O Primeiro Outorgante compromete-se, ainda, a efetuar a transferência financeira, após a assinatura do presente Contrato Interadministrativo, do valor a que se refere o art.º 32.º, do Dec.-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atualizada, para a aquisição e manutenção de licenças informáticas e de serviço de fotocópias, até que outra solução seja encontrada, das verbas que constam do anexo III, no âmbito do levantamento prévio efetuado junto do Segundo Outorgante.
12. O Segundo Outorgante fica obrigado a remeter trimestralmente, ao Primeiro Outorgante, um relatório onde constem as despesas com a contratualização externa destes serviços, anexando a cópia dos respetivos contratos de utilização, de manutenção e de assistência.
13. O Segundo Outorgante fica obrigado a remeter trimestralmente, ao Primeiro outorgante, um relatório onde constem as receitas provenientes da cedência onerosa das infraestruturas escolares (instalações, pavilhões desportivos e espaços exteriores) nos períodos pós-letivos/não letivos. Deverá, ainda, constar do relatório, o número de cedências e a identificação dos requerentes.

Cláusula Quarta

Obras de conservação, manutenção e reparação que revistam a natureza da empreitada

Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior e, excecionalmente, poderá o Segundo Outorgante promover a realização de obras de conservação, manutenção e reparação que revistam a natureza da empreitada, nas infraestruturas escolares, designadamente nos edifícios e espaços exteriores, até 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos e procedimentos:

- a) A intervenção não poderá revestir a natureza de requalificação, nem colidir com projetos de candidatura de requalificação apresentados ou a apresentar;
- b) A intervenção a levar a efeito terá de ser precedida de pedido a apresentar ao Primeiro Outorgante, acompanhado do respetivo projeto de orçamento;
- c) Não obstante, o pedido, bem como a documentação anexa ser objeto de apreciação prévia pelos serviços técnicos competentes, a intervenção só poderá ser levada a cabo após validação pelo Pelouro da Educação;
- d) As obras a executar terão de observar, imperativamente, os preceitos consignados no Código dos Contratos Públicos;
- e) Assiste ao Primeiro Outorgante, através dos serviços competentes, o acompanhamento e a fiscalização das obras promovidas pelo Segundo Outorgante.

Cláusula Quinta

Direitos e obrigações do Primeiro Outorgante

1. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constituem direitos do Primeiro Outorgante:

- a) Designar um técnico do Departamento de Educação, Saúde e Ação Social, como gestor, a quem caberá entre outras funções, o acompanhamento do presente Contrato Interadministrativo;
- b) Receber do Segundo Outorgante os seguintes documentos:
 - i) Relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação do valor da comparticipação financeira prevista no n.º 2 da cláusula terceira;
 - ii) Documentação relativa às despesas (faturas) realizadas à luz da comparticipação financeira prevista no n.º 4 da cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta;
 - iii) Mapa relativo à comparticipação financeira prevista no n.º 7 da cláusula terceira;
 - iv) Relatório trimestral de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação da verba transferida ao abrigo do n.º 9, da cláusula terceira;

- v) Relatório trimestral onde constem as receitas provenientes das cedências onerosas das infraestruturas escolares (instalações, pavilhões desportivos e espaços exteriores) nos períodos pós-letivos/não letivos, bem como o número de cedências e a identificação dos requerentes.
 - c) Apreciar e validar os documentos enunciados nas subalíneas da alínea anterior;
 - d) Em caso de incumprimento por parte do Segundo Outorgante, assiste o direito de não proceder à renovação do Contrato Interadministrativo, bem como de não realizar a atribuição das participações financeiras previstas na cláusula terceira, ou a mesma ser adiada;
 - e) Apreciar e validar os documentos apresentados pelo Segundo Outorgante, que atestem o recurso à participação financeira prevista no n.º 4 da cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta.
2. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constituem obrigações do Primeiro Outorgante:
- a) Proceder à atribuição das participações financeiras previstas na cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta.
 - b) Cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Interadministrativo.

Cláusula Sexta

Direitos e obrigações do Segundo Outorgante

1. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constituem direitos do Segundo Outorgante:
- a) Receber, do Primeiro Outorgante, as participações financeiras previstas na cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta;
 - b) Cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Interadministrativo.
2. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constituem obrigações do Segundo Outorgante:
- a) Remeter ao Primeiro Outorgante (gestor), para efeitos de acompanhamento da execução do presente Contrato Interadministrativo, os seguintes documentos:
 - i) Relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação do valor da participação financeira prevista no n.º 2 da cláusula terceira;
 - ii) Documentação relativa às despesas realizadas à luz da participação financeira prevista no n.º 4 da cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta;
 - iii) Mapa relativo à participação financeira prevista no n.º 7 da cláusula terceira;
 - iv) Relatório trimestral de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação da verba transferida ao abrigo do n.º 9, da cláusula terceira;
 - v) Relatório trimestral onde constem as receitas provenientes das cedências onerosas das infraestruturas escolares (instalações, pavilhões desportivos e espaços exteriores) nos períodos pós-

letivos/não letivos, bem como o número de cedências e a identificação dos requerentes, devendo demonstrar a utilização da verba para o fim para a qual está consignada.

- b) Celebrar seguro de responsabilidade civil relativamente à cedência onerosa das infraestruturas escolares nos períodos pós-letivos/não letivos;
- c) Remeter ao Primeiro Outorgante, para efeitos de apreciação e validação, os documentos enunciados nas subalíneas da alínea anterior;
- d) Remeter ao Primeiro Outorgante, para efeitos de apreciação e validação os documentos que atestem o recurso à comparticipação financeira prevista no n.º 4 da cláusula terceira e, quando aplicável, da cláusula quarta;
- e) Garantir uma boa gestão e aplicação das comparticipações financeiras previstas na cláusula terceira, em respeito pelo interesse público;
- f) Assegurar a cobrança das refeições escolares, referentes ao 2.º, 3.º Ciclo e Secundário, e proceder à sua entrega junto dos serviços competentes do Primeiro Outorgante, até ao último dia útil de cada mês;
- g) Na aquisição de bens e serviços, observar os preceitos do Código dos Contratos Públicos, quando aplicável.

Cláusula Sétima

Ação Social Escolar

1. No âmbito da ação social escolar, o Primeiro Outorgante delega no Segundo Outorgante, as competências relativamente à organização e gestão de procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados.
2. No âmbito da ação social escolar, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pela identificação de situações que careçam de acompanhamento e apoio social.
3. Em matéria de refeições escolares, compete ao Segundo Outorgante:
 - a) Providenciar pelo acompanhamento e gestão do serviço de refeições, bem como pela gestão do espaço de refeitório, nomeadamente, através da presença permanente de um dos Assistentes Operacionais da unidade educativa, de acordo com as normas estabelecidas para o efeito, com exceção da contratação do respetivo serviço, devendo, para este efeito, efetuar uma gestão adequada dos assistentes operacionais sob sua tutela;
 - b) Supervisionar a higiene, conservação e garantia das boas condições quanto à distribuição de refeições escolares.

4. Em matéria de transporte de alunos com necessidades especiais, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pelo acompanhamento no que respeita à prestação do serviço, de acordo com os critérios estabelecidos para o efeito, tais como:

- i) Informar as necessidades deste transporte especial até 15 de julho de cada ano, devidamente validados pela DGEstE;
- ii) Comunicar a assiduidade dos alunos transportados mensalmente, bem como eventuais alterações de horários e ausências prolongadas.

5. Relativamente ao cartão escolar do aluno, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pela emissão do mesmo, nos termos do estabelecido no Regulamento Interno em vigor, sendo que o custo com a emissão do primeiro ficará a cargo do Primeiro Outorgante.

6. Em matéria de responsabilidades no âmbito da ação social escolar, será observado o disposto no quadro seguinte:

Ações	Diretor do AE	Autarquia
Organização e gestão do procedimento para a atribuição de apoios.	Responsável	
Aplicação de forma diferenciada ou restrita dos apoios.	Responsável	
Gestão dos processos de ação social escolar.	Responsável	
Identificação e sinalização das situações que careçam de apoio social.	Responsável	Informado
Acompanhamento da gestão do serviço de refeições.	Responsável	
Gestão do espaço do refeitório.	Responsável	
Contratação do serviço de refeições escolares.		Responsável
Acompanhamento e verificação da qualidade das refeições.	Responsável	Responsável
Supervisão das normas de higiene e conservação, bem como as condições em que as refeições são distribuídas.	Responsável	Informado
Implementação e gestão dos circuitos especiais de transporte.	Consultado	Responsável
Definição, implementação e gestão do plano de transporte escolar	Consultado	Responsável

Cláusula Oitava

Conservação, manutenção e gestão de Infraestruturas Escolares

1. No âmbito da conservação, manutenção e gestão de infraestruturas escolares, o Primeiro Outorgante delega no Segundo Outorgante as competências para promover todas as ações necessárias que mantenham o bom e eficaz funcionamento das instalações escolares, pavilhões desportivos e espaços exteriores, compreendendo as ações na respetiva matriz de responsabilidades, com recurso às participações financeiras estabelecidas na cláusula terceira e às receitas a que se refere o n.º 9 da mesma cláusula.

2. Em matéria de responsabilidades no âmbito da conservação, manutenção e gestão das infraestruturas escolares será observado o disposto no quadro seguinte:

Ações	Diretor do AE	Autarquia
Inspeções obrigatórias à rede de gás.	Informado	Responsável

Inspeções e vistorias ao equipamento da cozinha e caldeiras.	Responsável	Informado
Inspeções obrigatórias ao elevador/ascensor.	Informado	Responsável
Inspeções e vistorias da ANPC.	Responsável	Consultado
Inspeções e vistorias das instalações e equipamentos desportivos.	Informado	Responsável
Reparação, manutenção e revisão de elevador.	Informado	Responsável
Instalação e manutenção dos extintores.	Informado	Responsável
Instalação e manutenção dos carretéis.	Informado	Responsável
Atualização do Plano de Evacuação.	Responsável	Consultado
Zelar pela limpeza, asseio e higiene das infraestruturas escolares.	Responsável	
Gestão e manutenção das instalações.	Responsável	Informado
Gestão e manutenção das instalações desportivas.	Responsável	Informado
Contratação de seguro de responsabilidade civil relativamente à cedência onerosa das infraestruturas escolares nos períodos pós-letivos/ não letivos.	Responsável	Informado
Definição das normas para a aquisição de equipamentos fixos.	Consultado	Responsável
Seleção dos equipamentos fixos a adquirir.	Consultado	Responsável
Elaboração dos regulamentos para a utilização dos equipamentos.	Responsável	Consultado
Seleção e aquisição do material pedagógico, de desgaste, de secretaria e papel.	Responsável	
Armazenamento dos materiais no local próprio.	Responsável	
Promover e assegurar a existência de meios de primeira intervenção no combate a incêndios.	Responsável	Informado
Desenvolvimento de ações de sensibilização e de promoção da utilização em segurança das instalações.	Responsável	
Execução de exercícios de evacuação e simulacros definidos no plano de segurança do edifício.	Responsável	Informado
Comunicação ao Primeiro Outorgante, de necessidades de melhoria e/ou reparação identificadas para o bom funcionamento de infraestruturas escolares, sem prejuízo do previsto na cláusula terceira.	Responsável	Informado

Cláusula Nona

Gestão das infraestruturas escolares

1. A gestão das infraestruturas escolares (instalações escolares, pavilhões desportivos e espaços exteriores) é da responsabilidade do Segundo Outorgante nos períodos letivos.
2. O Segundo Outorgante assegura, ainda, a gestão das infraestruturas escolares (instalações escolares, pavilhões desportivos e espaços exteriores) em períodos pós-letivos/não letivos, cuja cedência terá, imperativamente, que ser a título oneroso, salvo se a mesma for solicitada/requerida nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.
3. O Primeiro Outorgante delega, ainda, no Segundo Outorgante, a cobrança dos preços provenientes da cedência onerosa das infraestruturas escolares nos períodos pós-letivos/não letivos.
4. A receita prevista no número anterior destina-se, exclusivamente, a ser utilizada na conservação e manutenção das infraestruturas escolares (instalações, pavilhões desportivos e espaços exteriores).

5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Segundo Outorgante dará preferência na utilização das infraestruturas escolares ao Primeiro Outorgante, sempre que previamente comunicado por este, para a realização de competições/eventos, seja qual for a sua natureza, sem prejuízo das imposições legalmente impostas.
6. Os preços a cobrar pela utilização das infraestruturas escolares em períodos pós-letivos/não letivos, são os estabelecidos no Preçário aprovado pelo Primeiro Outorgante, na sua reunião de 5 de junho de 2015 (Anexo 1).
7. O período noturno compreende o horário entre as 20 e as 8 horas.
8. A celebração do seguro de responsabilidade civil relativo à utilização das infraestruturas escolares nos períodos pós-letivos/não letivos é da responsabilidade do Segundo Outorgante.

Cláusula Décima

Gestão de Pessoal Não Docente

1. No âmbito da gestão de pessoal não docente, o Primeiro Outorgante delega no Segundo Outorgante, as seguintes competências:
 - a) Exercício do poder de direção, devendo fixar os termos em que o trabalho deve ser prestado;
 - b) Fixação do horário de trabalho;
 - c) Exercício do poder disciplinar para a aplicação de pena, inferior a multa;
 - d) Respeitar e fazer cumprir as disposições que constam do ACEP – Acordo Coletivo de Empregador Público, com especial enfoque no cumprimento do disposto no Artigo X. (anexo IV).
2. No exercício das suas competências, compete, ainda, ao Segundo Outorgante, relativamente ao pessoal não docente, propor ao Primeiro Outorgante:
 - a) Contributos para a avaliação de desempenho;
 - b) A proposta de mapa de férias, de modo a assegurar o normal funcionamento das infraestruturas escolares.
3. Para efeitos de processamento de salários, o Segundo Outorgante compromete-se a:
 - a) Sempre que existam ausências de pessoal, até ao dia cinco de cada mês, proceder à comunicação e envio dos documentos para a Divisão de Recursos Humanos do Primeiro Outorgante;
 - b) Proceder à entrega/envio à Divisão de Recursos Humanos do Primeiro Outorgante, até ao dia 5 de cada mês, dos documentos originais correspondentes à assiduidade relativa ao mês anterior;
 - c) Desencadear as necessárias diligências para que o pessoal não docente, em serviço no AE no âmbito do n.º 1 desta cláusula, efetue, em cada dia de trabalho, os registos biométricos para aferir da assiduidade e da pontualidade, através dos equipamentos colocados nas infraestruturas escolares pelo Primeiro Outorgante.

4. No âmbito da gestão de pessoal não docente, as responsabilidades são, designadamente e resumidamente, as constantes do seguinte quadro:

Ações	Diretor do AE	Autarquia
Alocação do pessoal não docente a tarefas e funções de acordo com o projeto de AE/ENA.	Responsável	
Recrutamento do pessoal não docente.		Responsável
Definição e realização de programas de formação contínua para o pessoal não docente.	Responsável	Responsável Informado
Autorizar a acumulação de funções do pessoal não docente.	Informado	Responsável
Controlo da assiduidade do pessoal não docente, nomeadamente validação de ausências	Responsável	Informado
Gestão do mapa de férias do pessoal não docente	Responsável	Informado
Autorizar e conceder licenças	Informado	Responsável
Definição da modalidade de horário (flexível, rígido, desfasado, jornada contínua, por turnos)	Responsável	Consultado
Definição do horário de trabalho	Responsável	
Distribuição do serviço	Responsável	
Exercício do poder de direção	Responsável	
Exercício do poder disciplinar	Responsável (Até à pena de multa)	Responsável (Todas as penas)
Avaliação do desempenho do pessoal não docente	Consultado	Responsável
Concessão do Estatuto de trabalhador estudante	Informado	Responsável
Autorização da execução de trabalho extraordinário	Consultado	Responsável
Autorização e gestão do banco de horas	Responsável	Informado
Verificação da situação de doença		Responsável

Cláusula Décima Primeira

Monitorização

1. Os Outorgantes comprometem-se a promover a partilha de informação relevante, no âmbito da execução deste Contrato Interadministrativo, nomeadamente, aquela que possa ser suscetível de colocar em causa os seus termos e a correta e legal prossecução do mesmo, podendo implicar a cessação da atribuição das comparticipações financeiras previstas na cláusula terceira e, se aplicável, cláusula quarta, bem como a cessação da vigência do presente Contrato Interadministrativo.
2. Com vista à verificação do cumprimento do presente Contrato Interadministrativo, serão realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, no final de cada período letivo, sob proposta de agendamento pelo Primeiro Outorgante.
3. Os Outorgantes comprometem-se a comunicar quaisquer circunstâncias que tenham conhecimento e que possam afetar a execução do presente Contrato Interadministrativo.

Cláusula Décima Segunda

Aplicação e integração de lacunas

Quaisquer dúvidas suscitadas, lacunas e conflitos emergentes da aplicação do presente Contrato Interadministrativo serão resolvidas por acordo entre as partes Outorgantes, tendo por base a legislação aplicável.

Cláusula Décima Terceira

Cessação

1. O presente Contrato Interadministrativo pode ser denunciado por qualquer um dos Outorgantes, desde que seja devidamente fundamentado, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte no prazo de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo de cada período letivo, sem prejuízo do cumprimento das ações que estiverem em curso.
2. O Contrato Interadministrativo pode ainda cessar, a todo o tempo, por acordo das partes Outorgantes, ou se condições subjacentes à sua outorga assim o determinarem.

Cláusula Décima Quarta

Revisão

O presente Contrato Interadministrativo pode ser objeto de revisão, sempre que as partes Outorgantes o pretendam por mútuo acordo ou quando se verificarem alterações que assim o determinem.

Cláusula Décima Quinta

Foro

As partes elegem, para a solução de todo e qualquer litígio emergente da aplicação ou interpretação do presente Contrato Interadministrativo, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Décima Sexta

Publicidade e transparência

Este Contrato Interadministrativo é publicitado no sítio Internet (página *web*) do Município de Barcelos.

Cláusula Décima Sétima

Proteção de dados pessoais e institucionais

As partes Outorgantes obrigam-se, durante a vigência do presente Contrato Interadministrativo e, sempre que exigível, após a cessação do mesmo, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de

abril, com aplicação na ordem jurídica nacional através da Lei nº 58/2019, de 08 de agosto (na sua versão atualizada).

Cláusula Décima Oitava
(Vigência)

O presente Contrato Interadministrativo tem início no dia 01 de setembro de 2024 e a sua vigência cessa a 31 de agosto de 2025.

O presente Contrato Interadministrativo é feito em duplicado, ambos valendo como originais, sendo assinados pelas partes que ratificam na totalidade o seu teor, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

Barcelos, _____, de _____ de 2024

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

/Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Dr. /
Presidente da Câmara Municipal de Barcelos

/_____, Dr. /
Diretor(a) do Agrupamento

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências
entre o Município de Barcelos
e Diretor da Escola não Agrupada (Escola Secundária de Barcelinhos)

Considerando que:

- O direito à educação encontra-se consagrado constitucionalmente, atento o disposto no artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa [C.R.P] que dispõe que: *“Todos têm direito à educação e à cultura”*.
- Compete ao Estado promover *“(…) a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”*, atento o disposto no n.º 2 do artigo 73.º C.R.P.];
- O citado princípio constitucional encontra-se, igualmente, consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovado pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro;
- O n.º 2 do artigo 1.º do citado diploma dispõe que: *“O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”*;
- Entretanto, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, concretizou o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, especificando para este setor o que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu [cfr. artigos 11.º e 31.º], complementado com a publicação recente das Portarias a que se referem o seu art.º 68.º, que vêm regulamentar as formas de financiamento das diversas despesas das competências aqui delegadas;
- Este novo quadro de competências das autarquias locais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão de sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação e a equidade territorial;

- O artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho [Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2019] procedeu à alteração do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, cuja redação passou a ser: *“todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor de agrupamento de escolas ou escola não agrupada, se consagrou uma habilitação legal que possibilita a delegação daquelas competências da Câmara Municipal nos diretores de agrupamentos de escolas e diretor de escola não agrupada.”*;
- A delegação de competências constitui um instrumento privilegiado de redução de circuitos e desburocratização dos procedimentos administrativos, visando alcançar as metas últimas da boa administração e eficiência administrativa;
- Por força da relação de maior proximidade dos Diretores de Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada com a realidade escolar, a delegação de competências em determinadas áreas constitui uma melhor resposta à especificidade de cada estabelecimento de ensino e, conseqüentemente, a obtenção de maiores ganhos e melhoria de desempenho;
- Nos termos do disposto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código de Procedimento Administrativo, o órgão delegante deve especificar positivamente, através de enumeração taxativa, quais os poderes objeto de delegação ou quais os atos que o delegado passará a poder praticar;
- O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, aprovou o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, na sua redação atual;
- Conforme dispõe o n.º 6, do artigo 20.º, do citado diploma, o/a Diretor/a de Agrupamento de Escolas (AE) /Escola não Agrupada (ENA), além das competências que lhe são conferidas pela lei, exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela Câmara Municipal;
- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou o regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências do Estado;
- Os municípios dispõem de atribuições nas áreas da educação, ensino e formação profissional e ação social, atento o disposto nas alíneas d) e h), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I do citado diploma.
- O Município de Barcelos aceitou a transferência de competências na área de Educação, a partir do ano letivo de 2020/21, por deliberação da Câmara Municipal, de 20/09/2019, e por deliberação da Assembleia Municipal, de 27/09/2019.

Entre,

MUNICÍPIO DE BARCELOS, pessoa coletiva n.º 505 584 760, com sede no Largo do Município, na União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro), concelho de Barcelos, neste ato representado por MÁRIO CONSTANTINO ARAÚJO LEITE DA SILVA LOPES, Dr., que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a), do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, doravante designado por **Primeiro Outorgante**;

e

ESCOLA SECUNDÁRIA DE BARCELINHOS, pessoa coletiva n.º _____, com sede na Rua _____, na freguesia de _____, concelho de Barcelos, neste ato representado por _____, Dr., que outorga na qualidade de Diretor da Escola não Agrupada, com poderes para o ato, doravante designado por **Segundo Outorgante**;

É celebrado, livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente Contrato Interadministrativo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objeto

1. O presente Contrato Interadministrativo tem por objeto regulamentar os termos e condições da delegação de competências, atribuídas por lei ao Primeiro Outorgante, no Segundo Outorgante, nas áreas enumeradas no n.º 2 do presente artigo.
2. Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o Primeiro Outorgante procede à delegação de competências no Segundo Outorgante, nas seguintes áreas:
 - a) Ação social escolar designadamente, as refeições escolares, transporte escolar de alunos com necessidades especiais e o cartão escolar do aluno;
 - b) Conservação, manutenção e gestão de infraestruturas escolares;
 - c) Gestão de pessoal não docente.

Cláusula Segunda

Princípios

O presente Contrato Interadministrativo baseia-se nos seguintes princípios:

- a) Princípio da igualdade de oportunidades e equidade;
- b) Princípio da eficácia e melhoria dos resultados educativos;

- c) Princípio da estabilidade;
- d) Princípio da prossecução do interesse público;
- e) Princípio da continuidade da prestação do serviço público;
- f) Princípio da necessidade de suficiência dos recursos;
- g) Princípio da subsidiariedade;
- h) Princípio do não aumento da despesa pública global;
- i) Princípio da eficiência da gestão de recursos;
- j) Princípio da autonomia na gestão escolar.

Cláusula Terceira

Recursos Financeiros

1. O Primeiro Outorgante atribuirá ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira até ao montante máximo de 20.000,00 € (vinte mil euros), por ano letivo, nos termos dos números seguintes.
2. No início do ano letivo, o Primeiro Outorgante atribuirá ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira no montante de 25% da verba prevista no número, destinada a fazer face com a realização de pequenas obras de conservação, manutenção e reparação que não revistam a natureza de empreitada, nas infraestruturas escolares, designadamente nos edifícios e espaços exteriores, a realizar na Escola Secundária de Barcelinhos.
3. Os restantes 75% da comparticipação financeira só será objeto de atribuição, caso o Segundo Outorgante apresente e demonstre ao Primeiro Outorgante essa necessidade, desde que observados os seguintes pressupostos:
 - a) Em janeiro de cada ano, 25% da comparticipação financeira, desde que apresentado o relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação do montante total previsto no número anterior;
 - b) No final do segundo período letivo, os restantes 50% da comparticipação financeira, desde que apresentado o relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação do montante total previsto na alínea anterior.
4. Excecionalmente, em janeiro, após a receção, pelo Primeiro Outorgante, do relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas) demonstrativos da aplicação do montante previsto no n.º 2 e identificadas outras necessidades devidamente atestadas, poderá ser atribuída a totalidade da comparticipação financeira, em falta, ou seja, o correspondente a 75% do montante estabelecido no n.º 1.

5. Verificada a excepcionalidade prevista no número anterior, o Segundo Outorgante fica obrigado a entregar ao Primeiro Outorgante, toda a documentação relativa às despesas realizadas (faturas), que cubra o total do montante transferido.
6. Em caso de incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, assiste ao Primeiro Outorgante, o direito de não proceder à renovação do Contrato Interadministrativo, bem como de não realizar a atribuição da comparticipação ou a mesma ser adiada.
7. O Primeiro Outorgante atribuirá ao Segundo Outorgante uma outra comparticipação financeira, no valor de que consta do anexo I, destinada a despesas de limpeza (incluindo ações de desinfestação, de acordo com a legislação em vigor), higiene e material de escritório, devendo as mesmas constar de mapa elaborado para o efeito.
8. A atribuição da comparticipação financeira prevista no número anterior será efetuada em dois momentos: o primeiro no início do ano letivo e o segundo em janeiro, sendo as mesmas de valor idêntico.
9. O Primeiro Outorgante compromete-se, ainda, a efetuar a transferência financeira, após a assinatura do presente Contrato Interadministrativo, do valor a que se refere a Portaria n.º 262/2023, de 17 de agosto, relativa ao financiamento das despesas para a aquisição de equipamentos utilizados para a realização das atividades educativas, tendo por base o valor de referência ali fixado por aluno, para o ano económico de 2025, a partir do mês de janeiro, de acordo com a Portaria em vigor (anexo II).
10. O Segundo Outorgante fica obrigado a remeter trimestralmente, ao Primeiro Outorgante, um relatório onde constem as despesas com a aquisição dos bens referidos no número anterior, anexando a cópia dos respetivos documentos contabilísticos de suporte.
11. O Primeiro Outorgante compromete-se, ainda, a efetuar a transferência financeira, após a assinatura do presente Contrato Interadministrativo, do valor a que se refere o art.º 32.º, do Dec.-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atualizada, para a aquisição e manutenção de licenças informáticas e de serviço de fotocópias, até que outra solução seja encontrada, das verbas que constam do anexo III, no âmbito do levantamento prévio efetuado junto do Segundo Outorgante.
12. O Segundo Outorgante fica obrigado a remeter trimestralmente, ao Primeiro Outorgante, um relatório onde constem as despesas com a contratualização externa destes serviços, anexando a cópia dos respetivos contratos de utilização, de manutenção e de assistência.
13. O Segundo Outorgante fica obrigado a remeter trimestralmente, ao Primeiro outorgante, um relatório onde constem as receitas provenientes da cedência onerosa das infraestruturas escolares (instalações, pavilhões desportivos e espaços exteriores) nos períodos pós-letivos/não letivos. Deverá, ainda, constar do relatório, o número de cedências e a identificação dos requerentes.

Cláusula Quarta

Obras de conservação, manutenção e reparação que revistam a natureza da empreitada

Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior e, excecionalmente, poderá o Segundo Outorgante promover a realização de obras de conservação, manutenção e reparação que revistam a natureza da empreitada, nas infraestruturas escolares, designadamente nos edifícios e espaços exteriores, até 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos e procedimentos:

- a) A intervenção não poderá revestir a natureza de requalificação, nem colidir com projetos de candidatura de requalificação apresentados ou a apresentar;
- b) A intervenção a levar a efeito terá de ser precedida de pedido a apresentar ao Primeiro Outorgante, acompanhado do respetivo projeto de orçamento;
- c) Não obstante, o pedido, bem como a documentação anexa ser objeto de apreciação prévia pelos serviços técnicos competentes, a intervenção só poderá ser levada a cabo após validação pelo Pelouro da Educação;
- d) As obras a executar terão de observar, imperativamente, os preceitos consignados no Código dos Contratos Públicos;
- e) Assiste ao Primeiro Outorgante, através dos serviços competentes, o acompanhamento e a fiscalização das obras promovidas pelo Segundo Outorgante.

Cláusula Quinta

Direitos e obrigações do Primeiro Outorgante

1. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constituem direitos do Primeiro Outorgante:

- a) Designar um técnico do Departamento de Educação, Saúde e Ação Social, como gestor, a quem caberá entre outras funções, o acompanhamento do presente Contrato Interadministrativo;
- b) Receber do Segundo Outorgante os seguintes documentos:
 - i) Relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação do valor da comparticipação financeira prevista no n.º 2 da cláusula terceira;
 - ii) Documentação relativa às despesas (faturas) realizadas à luz da comparticipação financeira prevista no n.º 4 da cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta;
 - iii) Mapa relativo à comparticipação financeira prevista no n.º 7 da cláusula terceira;
 - iv) Relatório trimestral de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação da verba transferida ao abrigo do n.º 9, da cláusula terceira;

v) Relatório trimestral onde constem as receitas provenientes das cedências onerosas das infraestruturas escolares (instalações, pavilhões desportivos e espaços exteriores) nos períodos pós-letivos/não letivos, bem como o número de cedências e a identificação dos requerentes.

c) Apreciar e validar os documentos enunciados nas subalíneas da alínea anterior;

d) Em caso de incumprimento por parte do Segundo Outorgante, assiste o direito de não proceder à renovação do Contrato Interadministrativo, bem como de não realizar a atribuição das participações financeiras previstas na cláusula terceira, ou a mesma ser adiada;

e) Apreciar e validar os documentos apresentados pelo Segundo Outorgante, que atestem o recurso à participação financeira prevista no n.º 4 da cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta.

2. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

a) Proceder à atribuição das participações financeiras previstas na cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta.

b) Cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Interadministrativo.

Cláusula Sexta

Direitos e obrigações do Segundo Outorgante

1. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constituem direitos do Segundo Outorgante:

a) Receber, do Primeiro Outorgante, as participações financeiras previstas na cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta;

b) Cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Interadministrativo.

2. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constituem obrigações do Segundo Outorgante:

a) Remeter ao Primeiro Outorgante (gestor), para efeitos de acompanhamento da execução do presente Contrato Interadministrativo, os seguintes documentos:

i) Relatório de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação do valor da participação financeira prevista no n.º 2 da cláusula terceira;

ii) Documentação relativa às despesas realizadas à luz da participação financeira prevista no n.º 4 da cláusula terceira e, quando aplicável, na cláusula quarta;

iii) Mapa relativo à participação financeira prevista no n.º 7 da cláusula terceira;

iv) Relatório trimestral de execução e respetivos documentos de suporte (faturas), demonstrativos da aplicação da verba transferida ao abrigo do n.º 9, da cláusula terceira;

v) Relatório trimestral onde constem as receitas provenientes das cedências onerosas das infraestruturas escolares (instalações, pavilhões desportivos e espaços exteriores) nos períodos pós-

letivos/não letivos, bem como o número de cedências e a identificação dos requerentes, devendo demonstrar a utilização da verba para o fim para a qual está consignada.

- b) Celebrar seguro de responsabilidade civil relativamente à cedência onerosa das infraestruturas escolares nos períodos pós-letivos/não letivos;
- c) Remeter ao Primeiro Outorgante, para efeitos de apreciação e validação, os documentos enunciados nas subalíneas da alínea anterior;
- d) Remeter ao Primeiro Outorgante, para efeitos de apreciação e validação os documentos que atestem o recurso à comparticipação financeira prevista no n.º 4 da cláusula terceira e, quando aplicável, da cláusula quarta;
- e) Garantir uma boa gestão e aplicação das comparticipações financeiras previstas na cláusula terceira, em respeito pelo interesse público;
- f) Assegurar a cobrança das refeições escolares, referentes ao 2.º, 3.º Ciclo e Secundário, e proceder à sua entrega junto dos serviços competentes do Primeiro Outorgante, até ao último dia útil de cada mês;
- g) Na aquisição de bens e serviços, observar os preceitos do Código dos Contratos Públicos, quando aplicável.

Cláusula Sétima

Ação Social Escolar

1. No âmbito da ação social escolar, o Primeiro Outorgante delega no Segundo Outorgante, as competências relativamente à organização e gestão de procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados.
2. No âmbito da ação social escolar, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pela identificação de situações que careçam de acompanhamento e apoio social.
3. Em matéria de refeições escolares, compete ao Segundo Outorgante:
 - a) Providenciar pelo acompanhamento do serviço de refeições, bem como pela gestão do espaço de refeitório, nomeadamente, através da presença permanente de um dos Assistentes Operacionais da unidade educativa, de acordo com as normas estabelecidas para o efeito, com exceção da contratação do respetivo serviço, devendo, para este efeito, efetuar uma gestão adequada dos assistentes operacionais sob sua tutela;
 - b) Supervisionar a higiene, conservação e garantia das boas condições quanto à distribuição de refeições escolares.

4. Em matéria de transporte de alunos com necessidades especiais, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pelo acompanhamento no que respeita à prestação do serviço, de acordo com os critérios estabelecidos para o efeito, tais como:

- i) Informar as necessidades deste transporte especial até 15 de julho de cada ano, devidamente validados pela DGEstE;
- ii) Comunicar a assiduidade dos alunos transportados mensalmente, bem como eventuais alterações de horários e ausências prolongadas.

5. Relativamente ao cartão escolar do aluno, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pela emissão do mesmo, nos termos do estabelecido no Regulamento Interno em vigor, sendo que o custo com a emissão do primeiro ficará a cargo do Primeiro Outorgante.

6. Em matéria de responsabilidades no âmbito da ação social escolar, será observado o disposto no quadro seguinte:

Ações	Diretor do AE	Autarquia
Organização e gestão do procedimento para a atribuição de apoios.	Responsável	
Aplicação de forma diferenciada ou restrita dos apoios.	Responsável	
Gestão dos processos de ação social escolar.	Responsável	
Identificação e sinalização das situações que careçam de apoio social.	Responsável	Informado
Acompanhamento da gestão do serviço de refeições.	Responsável	
Gestão do espaço do refeitório.	Responsável	
Contratação do serviço de refeições escolares.		Responsável
Acompanhamento e verificação da qualidade das refeições.	Responsável	Responsável
Supervisão das normas de higiene e conservação, bem como as condições em que as refeições são distribuídas.	Responsável	Informado
Implementação e gestão dos circuitos especiais de transporte.	Consultado	Responsável
Definição, implementação e gestão do plano de transporte escolar	Consultado	Responsável

Cláusula Oitava

Conservação, manutenção e gestão de Infraestruturas Escolares

1. No âmbito da conservação, manutenção e gestão de infraestruturas escolares, o Primeiro Outorgante delega no Segundo Outorgante as competências para promover todas as ações necessárias que mantenham o bom e eficaz funcionamento das instalações escolares, pavilhões desportivos e espaços exteriores, compreendendo as ações na respetiva matriz de responsabilidades, com recurso às participações financeiras estabelecidas na cláusula terceira e às receitas a que se refere o n.º 9 da mesma cláusula.

2. Em matéria de responsabilidades no âmbito da conservação, manutenção e gestão das infraestruturas escolares será observado o disposto no quadro seguinte:

Ações	Diretor do AE	Autarquia
Inspeções obrigatórias à rede de gás.	Informado	Responsável
Inspeções e vistorias ao equipamento da cozinha e caldeiras.	Responsável	Informado
Inspeções obrigatórias ao elevador/ascensor.	Informado	Responsável
Inspeções e vistorias da ANPC.	Responsável	Consultado
Inspeções e vistorias das instalações e equipamentos desportivos.	Informado	Responsável
Reparação, manutenção e revisão de elevador.	Informado	Responsável
Instalação e manutenção dos extintores.	Informado	Responsável
Instalação e manutenção dos carretéis.	Informado	Responsável
Atualização do Plano de Evacuação.	Responsável	Consultado
Zelar pela limpeza, asseio e higiene das infraestruturas escolares.	Responsável	
Gestão e manutenção das instalações.	Responsável	Informado
Gestão e manutenção das instalações desportivas.	Responsável	Informado
Contratação de seguro de responsabilidade civil relativamente à cedência onerosa das infraestruturas escolares nos períodos pós-letivos/ não letivos.	Responsável	Informado
Definição das normas para a aquisição de equipamentos fixos.	Consultado	Responsável
Seleção dos equipamentos fixos a adquirir.	Consultado	Responsável
Elaboração dos regulamentos para a utilização dos equipamentos.	Responsável	Consultado
Seleção e aquisição do material pedagógico, de desgaste, de secretaria e papel.	Responsável	
Armazenamento dos materiais no local próprio.	Responsável	
Promover e assegurar a existência de meios de primeira intervenção no combate a incêndios.	Responsável	Informado
Desenvolvimento de ações de sensibilização e de promoção da utilização em segurança das instalações.	Responsável	
Execução de exercícios de evacuação e simulacros definidos no plano de segurança do edifício.	Responsável	Informado
Comunicação ao Primeiro Outorgante, de necessidades de melhoria e/ou reparação identificadas para o bom funcionamento de infraestruturas escolares, sem prejuízo do previsto na cláusula terceira.	Responsável	Informado

Cláusula Nona

Gestão das infraestruturas escolares

1. A gestão das infraestruturas escolares (instalações escolares, pavilhões desportivos e espaços exteriores) é da responsabilidade do Segundo Outorgante nos períodos letivos.
2. O Segundo Outorgante assegura, ainda, a gestão das infraestruturas escolares (instalações escolares, pavilhões desportivos e espaços exteriores) em períodos pós-letivos/não letivos, cuja cedência terá, imperativamente, que ser a título oneroso, salvo se a mesma for solicitada/requerida nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.
3. O Primeiro Outorgante delega, ainda, no Segundo Outorgante, a cobrança dos preços provenientes da cedência onerosa das infraestruturas escolares nos períodos pós-letivos/não letivos.

4. A receita prevista no número anterior destina-se, exclusivamente, a ser utilizada na conservação e manutenção das infraestruturas escolares (instalações, pavilhões desportivos e espaços exteriores).
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Segundo Outorgante dará preferência na utilização das infraestruturas escolares ao Primeiro Outorgante, sempre que previamente comunicado por este, para a realização de competições/eventos, seja qual for a sua natureza, sem prejuízo das imposições legalmente impostas.
6. Os preços a cobrar pela utilização das infraestruturas escolares em períodos pós-letivos/não letivos, são os estabelecidos no Preçário aprovado pelo Primeiro Outorgante, na sua reunião de 5 de junho de 2015 (Anexo 1).
7. O período noturno compreende o horário entre as 20 e as 8 horas.
8. A celebração do seguro de responsabilidade civil relativo à utilização das infraestruturas escolares nos períodos pós-letivos/não letivos é da responsabilidade do Segundo Outorgante.

Cláusula Décima

Gestão de Pessoal Não Docente

1. No âmbito da gestão de pessoal não docente, o Primeiro Outorgante delega no Segundo Outorgante, as seguintes competências:
 - a) Exercício do poder de direção, devendo fixar os termos em que o trabalho deve ser prestado;
 - b) Fixação do horário de trabalho;
 - c) Exercício do poder disciplinar para a aplicação de pena, inferior a multa;
 - d) Respeitar e fazer cumprir as disposições que constam do ACEP – Acordo Coletivo de Empregador Público, com especial enfoque no cumprimento do disposto no Artigo X. (anexo IV).
2. No exercício das suas competências, compete, ainda, ao Segundo Outorgante, relativamente ao pessoal não docente, propor ao Primeiro Outorgante:
 - a) Contributos para a avaliação de desempenho;
 - b) A proposta de mapa de férias, de modo a assegurar o normal funcionamento das infraestruturas escolares.
3. Para efeitos de processamento de salários, o Segundo Outorgante compromete-se a:
 - a) Sempre que existam ausências de pessoal, até ao dia cinco de cada mês, proceder à comunicação e envio dos documentos para a Divisão de Recursos Humanos do Primeiro Outorgante;
 - b) Proceder à entrega/envio à Divisão de Recursos Humanos do Primeiro Outorgante, até ao dia 5 de cada mês, dos documentos originais correspondentes à assiduidade relativa ao mês anterior;

- c) Desencadear as necessárias diligências para que o pessoal não docente, em serviço no AE no âmbito do n.º 1 desta cláusula, efetue, em cada dia de trabalho, os registos biométricos para aferir da assiduidade e da pontualidade, através dos equipamentos colocados nas infraestruturas escolares pelo Primeiro Outorgante.

4. No âmbito da gestão de pessoal não docente, as responsabilidades são, designadamente e resumidamente, as constantes do seguinte quadro:

Ações	Diretor do AE	Autarquia
Alocação do pessoal não docente a tarefas e funções de acordo com o projeto de AE/ENA.	Responsável	
Recrutamento do pessoal não docente.		Responsável
Definição e realização de programas de formação contínua para o pessoal não docente.	Responsável	Responsável Informado
Autorizar a acumulação de funções do pessoal não docente.	Informado	Responsável
Controlo da assiduidade do pessoal não docente, nomeadamente validação de ausências	Responsável	Informado
Gestão do mapa de férias do pessoal não docente	Responsável	Informado
Autorizar e conceder licenças	Informado	Responsável
Definição da modalidade de horário (flexível, rígido, desfasado, jornada contínua, por turnos)	Responsável	Consultado
Definição do horário de trabalho	Responsável	
Distribuição do serviço	Responsável	
Exercício do poder de direção	Responsável	
Exercício do poder disciplinar	Responsável (Até à pena de multa)	Responsável (Todas as penas)
Avaliação do desempenho do pessoal não docente	Consultado	Responsável
Concessão do Estatuto de trabalhador estudante	Informado	Responsável
Autorização da execução de trabalho extraordinário	Consultado	Responsável
Autorização e gestão do banco de horas	Responsável	Informado
Verificação da situação de doença		Responsável

Cláusula Décima Primeira

Monitorização

1. Os Outorgantes comprometem-se a promover a partilha de informação relevante, no âmbito da execução deste Contrato Interadministrativo, nomeadamente, aquela que possa ser suscetível de colocar em causa os seus termos e a correta e legal prossecução do mesmo, podendo implicar a cessação da atribuição das comparticipações financeiras previstas na cláusula terceira e, se aplicável, cláusula quarta, bem como a cessação da vigência do presente Contrato Interadministrativo.

2. Com vista à verificação do cumprimento do presente Contrato Interadministrativo, serão realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, no final de cada período letivo, sob proposta de agendamento pelo Primeiro Outorgante.

3. Os Outorgantes comprometem-se a comunicar quaisquer circunstâncias que tenham conhecimento e que possam afetar a execução do presente Contrato Interadministrativo.

Cláusula Décima Segunda

Aplicação e integração de lacunas

Quaisquer dúvidas suscitadas, lacunas e conflitos emergentes da aplicação do presente Contrato Interadministrativo serão resolvidas por acordo entre as partes Outorgantes, tendo por base a legislação aplicável.

Cláusula Décima Terceira

Cessação

1. O presente Contrato Interadministrativo pode ser denunciado por qualquer um dos Outorgantes, desde que seja devidamente fundamentado, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte no prazo de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo de cada período letivo, sem prejuízo do cumprimento das ações que estiverem em curso.

2. O Contrato Interadministrativo pode ainda cessar, a todo o tempo, por acordo das partes Outorgantes, ou se condições subjacentes à sua outorga assim o determinarem.

Cláusula Décima Quarta

Revisão

O presente Contrato Interadministrativo pode ser objeto de revisão, sempre que as partes Outorgantes o pretendam por mútuo acordo ou quando se verificarem alterações que assim o determinem.

Cláusula Décima Quinta

Foro

As partes elegem, para a solução de todo e qualquer litígio emergente da aplicação ou interpretação do presente Contrato Interadministrativo, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Décima Sexta

Publicidade e transparência

Este Contrato Interadministrativo é publicitado no sítio Internet (página *web*) do Município de Barcelos.

Cláusula Décima Sétima

Proteção de dados pessoais e institucionais

As partes Outorgantes obrigam-se, durante a vigência do presente Contrato Interadministrativo e, sempre que exigível, após a cessação do mesmo, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, com aplicação na ordem jurídica nacional através da Lei nº 58/2019, de 08 de agosto (na sua versão atualizada).

Cláusula Décima Oitava

(Vigência)

O presente Contrato Interadministrativo tem início no dia 01 de setembro de 2024 e a sua vigência cessa a 31 de agosto de 2025.

O presente Contrato Interadministrativo é feito em duplicado, ambos valendo como originais, sendo assinados pelas partes que ratificam na totalidade o seu teor, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

Barcelos, _____, de _____ de 2024

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

/Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Dr. /
Presidente da Câmara Municipal de Barcelos

/_____, Dr. /
Diretor da Escola não Agrupada

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências
entre o Município de Barcelos
e Diretora do Agrupamento de Escolas de Braga Oeste

Considerando que:

- O direito à educação encontra-se consagrado constitucionalmente, atento o disposto no artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa [C.R.P] que dispõe que: *“Todos têm direito à educação e à cultura”*.
- Compete ao Estado promover *“(…) a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”*, atento o disposto no n.º 2 do artigo 73.º C.R.P.];
- O citado princípio constitucional encontra-se, igualmente, consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovado pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro;
- O n.º 2 do artigo 1.º do citado diploma dispõe que: *“O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”*;
- Entretanto, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, concretizou o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, especificando para este setor o que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu [cfr. artigos 11.º e 31.º], complementado com a publicação recente das Portarias a que se referem o seu art.º 68.º, que vêm regulamentar as formas de financiamento das diversas despesas das competências aqui delegadas;
- Este novo quadro de competências das autarquias locais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão de sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação e a equidade territorial;

- O artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho [Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2019] procedeu à alteração do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, cuja redação passou a ser: *“todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor de agrupamento de escolas ou escola não agrupada, se consagrou uma habilitação legal que possibilita a delegação daquelas competências da Câmara Municipal nos diretores de agrupamentos de escolas e diretor de escola não agrupada.”*;
- A delegação de competências constitui um instrumento privilegiado de redução de circuitos e desburocratização dos procedimentos administrativos, visando alcançar as metas últimas da boa administração e eficiência administrativa;
- Por força da relação de maior proximidade dos Diretores de Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada com a realidade escolar, a delegação de competências em determinadas áreas constitui uma melhor resposta à especificidade de cada estabelecimento de ensino e, conseqüentemente, a obtenção de maiores ganhos e melhoria de desempenho;
- Nos termos do disposto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código de Procedimento Administrativo, o órgão delegante deve especificar positivamente, através de enumeração taxativa, quais os poderes objeto de delegação ou quais os atos que o delegado passará a poder praticar;
- O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, aprovou o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, na sua redação atual;
- Conforme dispõe o n.º 6, do artigo 20.º, do citado diploma, o/a Diretor/a de Agrupamento de Escolas (AE) /Escola não Agrupada (ENA), além das competências que lhe são conferidas pela lei, exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela Câmara Municipal;
- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou o regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências do Estado;
- Os municípios dispõem de atribuições nas áreas da educação, ensino e formação profissional e ação social, atento o disposto nas alíneas d) e h), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I do citado diploma.
- O Município de Barcelos aceitou a transferência de competências na área de Educação, a partir do ano letivo de 2020/21, por deliberação da Câmara Municipal, de 20/09/2019, e por deliberação da Assembleia Municipal, de 27/09/2019.

Entre,

MUNICÍPIO DE BARCELOS, pessoa coletiva n.º 505 584 760, com sede no Largo do Município, na União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro), concelho de Barcelos, neste ato representado por MÁRIO CONSTANTINO ARAÚJO LEITE DA SILVA LOPES, Dr., que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a), do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, doravante designado por **Primeiro Outorgante**;

e

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BRAGA OESTE, pessoa coletiva n.º _____, com sede na Rua _____, na freguesia de _____, concelho de Barcelos, neste ato representado por _____, Dr., que outorga na qualidade de Diretora do Agrupamento, com poderes para o ato, doravante designado por **Segundo Outorgante**;

É celebrado, livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente Contrato Interadministrativo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objeto

1. O presente Contrato Interadministrativo tem por objeto regulamentar os termos e condições da delegação de competências, atribuídas por lei ao Primeiro Outorgante, no Segundo Outorgante, nas áreas enumeradas no n.º 2 do presente artigo.
2. Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o Primeiro Outorgante procede à delegação de competências no Segundo Outorgante no âmbito da gestão do pessoal não docente.

Cláusula Segunda

Princípios

O presente Contrato Interadministrativo baseia-se nos seguintes princípios:

- a) Princípio da igualdade de oportunidades e equidade;
- b) Princípio da eficácia e melhoria dos resultados educativos;
- c) Princípio da estabilidade;
- d) Princípio da prossecução do interesse público;
- e) Princípio da continuidade da prestação do serviço público;
- f) Princípio da necessidade de suficiência dos recursos;

- g) Princípio da subsidiariedade;
- h) Princípio do não aumento da despesa pública global;
- i) Princípio da eficiência da gestão de recursos;
- j) Princípio da autonomia na gestão escolar.

Cláusula Terceira

Direitos e obrigações do Primeiro Outorgante

1. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constitui direito do Primeiro Outorgante, designar um técnico do Departamento de Educação, Saúde e Ação Social, como gestor, a quem caberá entre outras funções, o acompanhamento do presente Contrato Interadministrativo.
2. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constitui obrigação do Primeiro Outorgante, cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Interadministrativo.

Cláusula Quarta

Direitos e obrigações do Segundo Outorgante

1. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constitui direito do Segundo Outorgante, cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Interadministrativo.
2. No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, constitui obrigação do Segundo Outorgante, remeter ao Primeiro Outorgante a documentação relativa à gestão do pessoal não docente.

Cláusula Quinta

Gestão de Pessoal Não Docente

1. No âmbito da gestão de pessoal não docente, o Primeiro Outorgante delega no Segundo Outorgante, as seguintes competências:
 - a) Exercício do poder de direção, devendo fixar os termos em que o trabalho deve ser prestado;
 - b) Fixação do horário de trabalho;
 - c) Exercício do poder disciplinar para a aplicação de pena, inferior a multa;
 - d) Respeitar e fazer cumprir as disposições que constam do ACEP – Acordo Coletivo de Empregador Público, com especial enfoque no cumprimento do disposto no Artigo X. (anexo I).
2. No exercício das suas competências, compete, ainda, ao Segundo Outorgante, relativamente ao pessoal não docente, propor ao Primeiro Outorgante:
 - a) Contributos para a avaliação de desempenho;

b) A proposta de mapa de férias, de modo a assegurar o normal funcionamento das infraestruturas escolares.

3. Para efeitos de processamento de salários, o Segundo Outorgante compromete-se a:

- a) Sempre que existam ausências de pessoal, até ao dia cinco de cada mês, proceder à comunicação e envio dos documentos para a Divisão de Recursos Humanos do Primeiro Outorgante;
- b) Proceder à entrega/envio à Divisão de Recursos Humanos do Primeiro Outorgante, até ao dia 5 de cada mês, dos documentos originais correspondentes à assiduidade relativa ao mês anterior;
- c) Desencadear as necessárias diligências para que o pessoal não docente, em serviço no AE no âmbito do n.º 1 desta cláusula, efetue, em cada dia de trabalho, os registos biométricos para aferir da assiduidade e da pontualidade, através dos equipamentos colocados nas infraestruturas escolares pelo Primeiro Outorgante, quando ali já estiverem instalados.

4. No âmbito da gestão de pessoal não docente, as responsabilidades são, designadamente e resumidamente, as constantes do seguinte quadro:

Ações	Diretor do AE	Autarquia
Alocação do pessoal não docente a tarefas e funções de acordo com o projeto de AE/ENA.	Responsável	
Recrutamento do pessoal não docente.		Responsável
Definição e realização de programas de formação contínua para o pessoal não docente.	Responsável	Responsável Informado
Autorizar a acumulação de funções do pessoal não docente.	Informado	Responsável
Controlo da assiduidade do pessoal não docente, nomeadamente validação de ausências	Responsável	Informado
Gestão do mapa de férias do pessoal não docente	Responsável	Informado
Autorizar e conceder licenças	Informado	Responsável
Definição da modalidade de horário (flexível, rígido, desfasado, jornada contínua, por turnos)	Responsável	Consultado
Definição do horário de trabalho	Responsável	
Distribuição do serviço	Responsável	
Exercício do poder de direção	Responsável	
Exercício do poder disciplinar	Responsável (Até à pena de multa)	Responsável (Todas as penas)
Avaliação do desempenho do pessoal não docente	Consultado	Responsável
Concessão do Estatuto de trabalhador estudante	Informado	Responsável
Autorização da execução de trabalho extraordinário	Consultado	Responsável
Autorização e gestão do banco de horas	Responsável	Informado
Verificação da situação de doença		Responsável

Cláusula sexta

Ação Social Escolar

1. No âmbito da ação social escolar, o Primeiro Outorgante delega no Segundo Outorgante, as competências relativamente à organização e gestão de procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados.
2. No âmbito da ação social escolar, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pela identificação de situações que careçam de acompanhamento e apoio social.
3. Em matéria de refeições escolares, compete ao Segundo Outorgante:
 - a) Providenciar pelo acompanhamento do serviço de refeições, bem como pela gestão do espaço de refeitório, nomeadamente, através da presença permanente de um dos Assistentes Operacionais da unidade educativa, de acordo com as normas estabelecidas para o efeito, com exceção da contratação do respetivo serviço, devendo, para este efeito, efetuar uma gestão adequada dos assistentes operacionais sob sua tutela;
 - b) Supervisionar a higiene, conservação e garantia das boas condições quanto à distribuição de refeições escolares.
4. Em matéria de transporte de alunos com necessidades especiais, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pelo acompanhamento no que respeita à prestação do serviço, de acordo com os critérios estabelecidos para o efeito, tais como:
 - i) Informar as necessidades deste transporte especial até 15 de julho de cada ano, devidamente validados pela DGEstE;
 - ii) Comunicar a assiduidade dos alunos transportados mensalmente, bem como eventuais alterações de horários e ausências prolongadas.
5. Relativamente ao cartão escolar do aluno, compete ao Segundo Outorgante, providenciar pela emissão do mesmo, nos termos do estabelecido no Regulamento Interno em vigor, sendo que o custo com a emissão do primeiro ficará a cargo do Primeiro Outorgante.
6. Em matéria de responsabilidades no âmbito da ação social escolar, será observado o disposto no quadro seguinte:

Ações	Diretor do AE	Autarquia
Organização e gestão do procedimento para a atribuição de apoios.	Responsável	
Aplicação de forma diferenciada ou restrita dos apoios.	Responsável	
Gestão dos processos de ação social escolar.	Responsável	
Identificação e sinalização das situações que careçam de apoio social.	Responsável	Informado
Acompanhamento da gestão do serviço de refeições.	Responsável	
Gestão do espaço do refeitório.	Responsável	
Contratação do serviço de refeições escolares.		Responsável

Acompanhamento e verificação da qualidade das refeições.	Responsável	Responsável
Supervisão das normas de higiene e conservação, bem como as condições em que as refeições são distribuídas.	Responsável	Informado
Implementação e gestão dos circuitos especiais de transporte.	Consultado	Responsável
Definição, implementação e gestão do plano de transporte escolar	Consultado	Responsável

Cláusula Sétima

Monitorização

1. Os Outorgantes comprometem-se a promover a partilha de informação relevante, no âmbito da execução deste Contrato Interadministrativo, nomeadamente, aquela que possa ser suscetível de colocar em causa os seus termos e a correta e legal prossecução do mesmo, bem como a cessação da vigência do presente Contrato Interadministrativo.
2. Com vista à verificação do cumprimento do presente Contrato Interadministrativo, serão realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, no final de cada período letivo, sob proposta de agendamento pelo Primeiro Outorgante.
3. Os Outorgantes comprometem-se a comunicar quaisquer circunstâncias que tenham conhecimento e que possam afetar a execução do presente Contrato Interadministrativo.

Cláusula Oitava

Aplicação e integração de lacunas

Quaisquer dúvidas suscitadas, lacunas e conflitos emergentes da aplicação do presente Contrato Interadministrativo serão resolvidas por acordo entre as partes Outorgantes, tendo por base a legislação aplicável.

Cláusula Nona

Cessação

1. O presente Contrato Interadministrativo pode ser denunciado por qualquer um dos Outorgantes, desde que seja devidamente fundamentado, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte no prazo de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo de cada período letivo, sem prejuízo do cumprimento das ações que estiverem em curso.
2. O Contrato Interadministrativo pode ainda cessar, a todo o tempo, por acordo das partes Outorgantes, ou se condições subjacentes à sua outorga assim o determinarem.

Cláusula Décima

Revisão

O presente Contrato Interadministrativo pode ser objeto de revisão, sempre que as partes Outorgantes o pretendam por mútuo acordo ou quando se verificarem alterações que assim o determinem.

Cláusula Décima Primeira

Foro

As partes elegem, para a solução de todo e qualquer litígio emergente da aplicação ou interpretação do presente Contrato Interadministrativo, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Décima Segunda

Publicidade e transparência

Este Contrato Interadministrativo é publicitado no sítio Internet (página *web*) do Município de Barcelos.

Cláusula Décima Terceira

Proteção de dados pessoais e institucionais

As partes Outorgantes obrigam-se, durante a vigência do presente Contrato Interadministrativo e, sempre que exigível, após a cessação do mesmo, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, com aplicação na ordem jurídica nacional através da Lei nº 58/2019, de 08 de agosto (na sua versão atualizada).

Cláusula Décima Quarta

Vigência

O presente Contrato Interadministrativo tem início no dia 01 de setembro de 2024 e a sua vigência cessa a 31 de agosto de 2025.

O presente Contrato Interadministrativo é feito em duplicado, ambos valendo como originais, sendo assinados pelas partes que ratificam na totalidade o seu teor, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

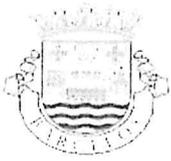
Barcelos, _____, de _____ de 2024

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

/Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Dr. /
Presidente da Câmara Municipal de Barcelos

/_____, Dr.ª /
Diretora do Agrupamento



ANEXO I

ANO LETIVO DE 2024/2025

N.º 7 da Cláusula terceira
Despesas de limpeza, higiene e material de escritório

AE ALCAIDES FARIA

16.020,00 €

AE BARCELOS

13.386,00 €

AE FRAGOSO

4.674,00 €

AE GONÇALO NUNES

12.484,00 €

AE ROSA RAMALHO

16.705,00 €

AE VALE D'ESTE

11.214,00 €

AE VALE DO TAMEL

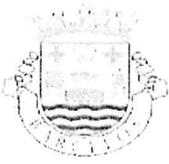
8 000,00 €

AE VILA COVA

7.750,00 €

ES BARCELINHOS

4.152,00 €

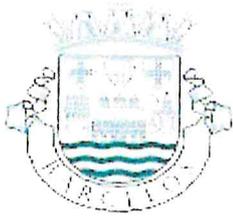


ANEXO II

ANO LETIVO DE 2024/2025

Portaria n.º 262/2023, de 17 de agosto

N.º de alunos 2499	AE ALCAIDES FARIA 19 192,32 €
N.º de alunos 2016	AE BARCELOS 15 482,88 €
N.º de alunos 309	AE BRAGA OESTE 2 373,12 €
N.º de alunos 522	AE FRAGOSO 4 008,96 €
N.º de alunos 1938	AE GONÇALO NUNES 14 883,84 €
N.º de alunos 1738	AE ROSA RAMALHO 13 347,84 €
N.º de alunos 1364	AE VALE D'ESTE 10 475,52 €
N.º de alunos 1915	AE VALE DO TAMEL 14 707,20 €
N.º de alunos 589	AE VILA COVA 4 523,52 €
N.º de alunos 556	ES BARCELINHOS 4 270,08 €



Despesas plataformas + assistência técnica

N.º de alunos 2499	AE ALCAIDES FARIA 29.639,49 €
N.º de alunos 2016	AE BARCELOS 22.585,94 €
N.º de alunos 522	AE FRAGOSO 8.816,52 €
N.º de alunos 1938	AE GONÇALO NUNES 19.721,35 €
N.º de alunos 1738	AE ROSA RAMALHO 13.246,88 €
N.º de alunos 1364	AE VALE D'ESTE 12.262,80 €
N.º de alunos 1910	AE VALE DO TAMEL 22.465,95 €
N.º de alunos 589	AE VILA COVA 7.348,55 €
N.º de alunos 589	ES BARCELINHOS 11.682,18 €

Nota: Valores com IVA incluído

Ficha do Cabimento

DOC.INT.: 399/2024

N.Seq.: 51573

Serviço Requiritante: K4 DIV. APOIO ÓRG. AUTÁRQUICOS

Organica: 02 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Económica: 04070104 Associações de Educação

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

001 EDUCAÇÃO

2024/4 EDUCAÇÃO / 2024

Acc.: 22 Subsídios a associações de educação

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 679 100,00

Cabimentado: 1 678 590,26

Saldo: 509,74

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
21/11/2024	7886		-56,16				56,16	
21/11/2024	9602			90616	Delib.: 399.1/2024		-0,00	

